

09.248.608/0001-04, com fundamento no artigo 25, "caput", da Lei federal 8.666-93, referente ao pagamento de seguro obrigatório - DPVAT - Veículos e motos adquiridos no âmbito do Programa de "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaico da Mata Atlântica", no valor total de R\$ 11.300,00; no Processo FF-91-2012, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela Diretora Administrativa Financeira a favor da empresa Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., CNPJ 09.248.608/0001-04, com fundamento no artigo 25, "caput", da Lei federal 8.666-93, referente ao pagamento de seguro obrigatório - DPVAT - Dos Veículos da Frota da Fundação Florestal, no valor total de R\$ 7.000,00.

Comunicado

Resolução n.º 08/2008 - TCE
Instrução n.º 01/2008 - Artigo 179 - Inciso XXIV
Posição: 31/12/2011

Sub Quadro de Cargos Permanentes		
	Remuneração	
	Mínima	Máxima
Guarda Parque	545,00	2.323,75
Agente de Recursos Ambientais	545,00	2.323,75
Técnico de Recursos Ambientais	732,52	3.161,44
Analista de Recursos Ambientais	1.844,64	10.830,89
Sub Quadro de Cargos de Confiança		
	Remuneração	
	Mínima	Máxima
Secretária	2.509,62	3.414,35
Chefe de Unidade	4.645,19	4.645,19
Assessor de Diretoria Adjunta	5.418,14	7.371,31
Assessor de Diretoria Executiva	6.319,71	8.597,93
Assessor Jurídico	6.319,71	8.597,93
Gerente	8.597,93	8.597,93
Diretor Adjunto	10.028,59	10.028,59
Diretor Executivo	13.787,47	13.787,47

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias da Procuradoria do Estado Chefes de Gabinete, de 1º-2-2012
Cancelando:

com fundamento no artigo 12, inciso II, do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010, as credenciais de estagiários outorgadas aos estudantes de Direito UELITON DONIZETI CARVALHO DE CASTRO, RG. 34.637.511-3 e LISIANE CASTREQUINI PEETZ, RG. 33.533.025-3, para exercerem, na Procuradoria Regional de São José do Rio Preto, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. (Port. CG-E Nº 93/2012)

a partir de 24 de janeiro de 2012, em virtude de conclusão de curso, a credencial de estagiária outorgada à estudante de

Direito PRISCILA SILVA MONTES, RG. 34.404.072-0, para exercer, na Procuradoria Regional de Ribeirão Preto, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso VII, do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010. (Port. CG-E Nº 94/2012)

a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito RICARDO AFFONSO CAETANO CORREA FRANCA, RG. 39.976.860-9, para exercer, no Gabinete do Procurador Geral, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010. (Port. CG-E Nº 95/2012)

a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito RICARDO DE MELO NOGUEIRA, RG. 8.569.605-0, para exercer, na Procuradoria Regional de São José do Rio Preto, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010. (Port. CG-E Nº 96/2012)

com fundamento no artigo 12, inciso II, do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010, as credenciais de estagiários outorgadas aos estudantes de Direito THAIS FERREIRA JACINTO, RG. 44.913.184-1, LUIZ HENRIQUE RAMOS DOS SANTOS, RG. 14.397.686, ROGERIA APARECIDA VICTOR CARDOSO, RG. 13.407.614-X e POLIANA MONTEIRO PAES MARTOS, RG. 26.532.959-0, para exercerem, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. (Port. CG-E Nº 97/2012)

Credenciando, como estagiários, para exercerem, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, os estudantes de Direito KEYLA MARIA MACIEL, RG. 40.479.722-2, LEANDRA LEONIDIA BORGES, RG. 43.319.616-6, RENAN VARGAS CAMPOS DE CASTRO, RG. 46.883.670-6 e PRISCILLA CECCONELLO DE MELLO, RG. 47.058.852-4, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE nº 47, de 28 de junho de 2011, à bolsa de 32,7715% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993, de conformidade com o artigo 9º do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010, correndo a despesa no atual exercício, pelo Subelemento 339036-13 - Programa de Trabalho 02.12.2400.1510.10000 à conta Código Local 40.01.012 (Procuradoria Regional de Taubaté) do orçamento vigente. (Port. CG-E Nº 98/2012)

CENTRO DE ESTUDOS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Comunicado

Proc.CE-GDOC 17040-335881/2009

Empresa: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

Pagamento fora da Ordem cronológica, devido à solicitação de esclarecimentos à Prodesp, requisitada pelo Gestor do Contrato, referente aos faturamentos de março e abril/11, das faturas 2291 e 2292 e do atraso da contratada na emissão das faturas referente aos serviços prestados dos meses de maio e junho/2011, faturas 7041 e 7042.

2. IMPLANTAÇÃO

Fase 1: Tamanduateí – Paço Municipal (SBC)

Com extensão de 14 km, é composta por doze estações (Tamanduateí, Goiás, Espaço Cerâmica, Estrada das Lágrimas, Praça Regina Matielo, Rudge Ramos-Instituto Mauá, Afonsina, Fundação Santo André, Winston Churchill, Senador Vergueiro, Baeta Neves e Paço Municipal) e pelo Pátio Tamanduateí para manutenção e estacionamento de trens.

A diretriz de traçado da Linha 18 – Tamanduateí – SBC (Alvarengas), inicia na Estação Tamanduateí, no Município de São Paulo, seguindo em direção ao eixo da Av. Guido Aliberti, servindo nessa avenida aos municípios de São Paulo e São Caetano do Sul. Na transição da Av. Guido Aliberti para a Av. Lauro Gomes, a diretriz de traçado passa a atender aos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, até a região do Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

Operação prevista para 2015.

Fase 2: Paço Municipal – Estrada dos Alvarengas

Com extensão de 6 km, é composta por seis estações (Djalma Dutra, Praça Lauro Gomes, Ferrazópolis, Café Filho, Capitão Casa e Estrada dos Alvarengas) e pelo Pátio Alvarengas para estacionamento de trens.

Nessa fase a diretriz de traçado se desenvolve dentro do Município de São Bernardo do Campo, partindo do Paço Municipal e seguindo pelo eixo da Av. Faria Lima até as proximidades do Terminal Ferrazópolis da EMTU/SP, onde inicia deflexão à direita, passando sobre a Via Anchieta e buscando o eixo da Av. Café Filho, em direção à Estação Estrada dos Alvarengas, próximo à Faculdade de Engenharia Industrial – FEI.

Operação prevista para 2016.

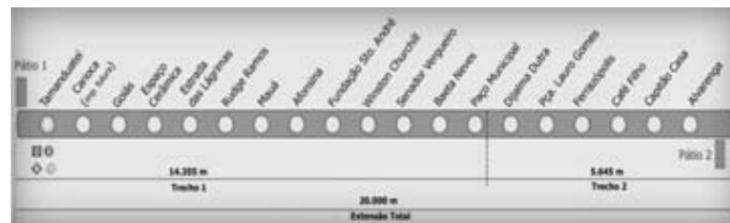


Figura 2 – Estações da Linha 18 previstas operação em 2016

3. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E OPERACIONAIS

A Linha 18 Bronze – Tamanduateí – Alvarengas, contará com 20 km de extensão, 18 estações, 4 terminais de integração, o Pátio Tamanduateí, para manutenção e estacionamento de trens e o Pátio Alvarenga, para estacionamento de trens na extremidade sudeste da linha. A diretriz proposta estabelece a ligação da Região Sudeste da RMSP com o sistema metroferroviário em São Paulo, passando pelo eixo viário central de São Bernardo do Campo, pela divisa desse município com os Municípios de São Caetano do Sul e Santo André e pela divisa do Município de São Paulo com São Caetano do Sul.

A linha será integralmente em elevado, utilizando como base os eixos viários de avenidas existentes na região.

A Linha 18-Bronze atenderá os polos industriais e de serviços da RMSP, os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André estendendo-se também a importantes polos educacionais, com destaque para o Instituto Mauá de Tecnologia, UNIBAN, Faculdade de Medicina de Santo André, Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, Fundação Santo André e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Todos os dados obtidos que deram origem aos aqui apresentados estão disponíveis no anexo I, na forma de apresentação do projeto funcional da Linha 18 – Bronze.

A Linha 18-Bronze apresenta as seguintes características:

Tabela 1 – Características Gerais da Linha 18-Bronze

CARACTERÍSTICAS DA LINHA 18 – BRONZE			
Descrição	FASE I	FASE II	TOTAL
	Tamanduateí–Paço Municipal	Paço Municipal - Alvarengas	
Extensão (km)	14	6	20
Estações	12	6	18
Pátio de Manutenção	1	1	2
Material Rodante (trens)*	20	13	33
Embarque (pass./dia) Ano 2015	295 mil	-	295 mil
Embarque (pass./dia) Ano 2020	224 mil	181 mil	405 mil

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado

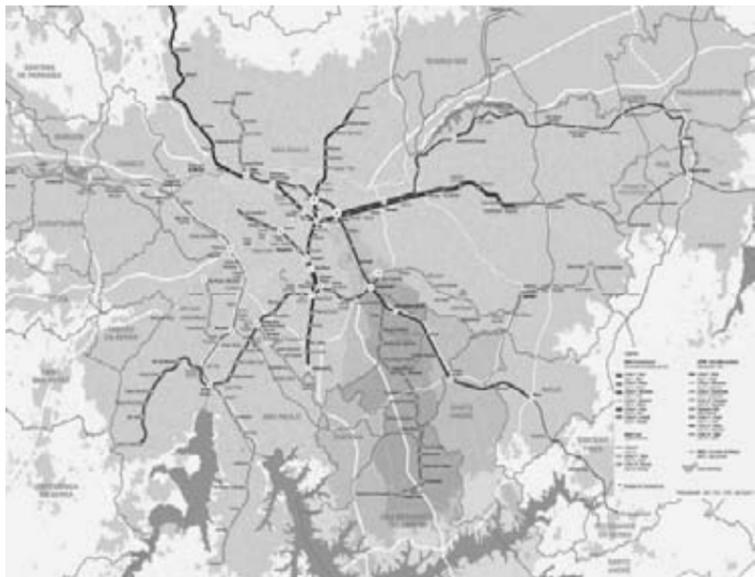
Chamamento Público N.º 001/2012

O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGPPP do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 2º, § 6º e artigo 4º, inciso IX, do Decreto Estadual n.º 48.867 de 10 de Agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 57.289, de 30 de agosto de 2011, TORNA PÚBLICO o início do procedimento de Chamamento Público para a apresentação, por eventuais interessados, de Manifestação de Interesse para DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E MODELAGEM PARA A LINHA 18 – BRONZE DA REDE METROVIÁRIA DE SÃO PAULO, acolhida como Proposta Preliminar, na Quadragésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida no dia 09 de dezembro de 2011, de acordo com as exigências estabelecidas neste edital, aplicando-se as regras dispostas no Decreto Estadual n.º 48.867 de 10 de agosto de 2004, com suas alterações e, naquilo que couber, as demais Leis Estaduais e Federais de regência.

1. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO: LINHA 18 BRONZE DO METRÔ DE SÃO PAULO

TRACADO

A diretriz de traçado proposta será indutora da reorganização do transporte coletivo. Seu traçado transversal ao corredor de São Mateus-Jabaquara favorece a integração desses dois sistemas nos Terminais de Ferrazópolis e do Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Os bairros situados nas áreas Oeste dos Municípios de Santo André e São Caetano do Sul estarão integrados ao sistema.



Área de Influência	Descrição
Área de Influência 1	Estação de Integração: São Paulo - São Bernardo do Campo
Área de Influência 2	Estação de Integração: São Paulo - Santo André
Área de Influência 3	Estação de Integração: São Paulo - São Caetano do Sul
Área de Influência 4	Estação de Integração: São Paulo - Ferrazópolis
Área de Influência 5	Estação de Integração: São Paulo - Café Filho
Área de Influência 6	Estação de Integração: São Paulo - Capitão Casa
Área de Influência 7	Estação de Integração: São Paulo - Alvarengas
Área de Influência 8	Estação de Integração: São Paulo - Pátio Tamanduateí
Área de Influência 9	Estação de Integração: São Paulo - Pátio Alvarengas
Área de Influência 10	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Manutenção
Área de Influência 11	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Integração
Área de Influência 12	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Estacionamento
Área de Influência 13	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Manutenção e Estacionamento
Área de Influência 14	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Integração e Estacionamento
Área de Influência 15	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Manutenção, Integração e Estacionamento
Área de Influência 16	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Integração, Manutenção e Estacionamento
Área de Influência 17	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Manutenção, Integração e Estacionamento
Área de Influência 18	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Integração, Manutenção e Estacionamento
Área de Influência 19	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Manutenção, Integração e Estacionamento
Área de Influência 20	Estação de Integração: São Paulo - Pátio de Integração, Manutenção e Estacionamento

Legenda da Rede Futura

Figura 1 – Área de influência da Linha 18 e a Rede 2016

DEMANDA E FROTA

A tabela a seguir mostra a estimativa da demanda entre os anos de 2015 e 2030 e a respectiva frota necessária nos diversos horizontes de operação:

Tabela 2 – Demanda e Características Operacionais da Linha 18-Bronze

Horizonte	Linha 18 – Bronze	Demanda Diária	Trecho mais Carregado (pass/h/sentido)	Intervalo entre trens (s)	Frota Total
2.015	Tamanduatei – Paço Municipal	295.480	18.002	168	20
2.016	Tamanduatei – Est. Dos Alvarenga	371.730	20.061	151	30
2.020	Tamanduatei – Est. Dos Alvarenga	404.750	22.322	135	33
2.025	Tamanduatei – Est. Dos Alvarenga	432.390	24.685	123	36
2.030	Tamanduatei – Est. Dos Alvarenga	472.600	26.761	113	40

4. TRANSPORTE METROPOLITANO SOBRE PNEUS NA ÁREA 5 DA RMSP

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), que é uma sociedade anônima de economia mista e de capital fechado controlada pelo Governo de São Paulo (GESP), tem como principal atribuição, estabelecida pelo Decreto nº 24.675 de 30.01.86, o gerenciamento de sistemas de baixa e média capacidades, planejando e fiscalizando o transporte intermunicipal nas regiões metropolitanas do Estado São Paulo, que são:

- Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)
- Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)
- Região Metropolitana de Campinas (RMC)

Recentemente, com base na Lei Complementar 1.146 de 24 de agosto de 2011, foi criado o Aglomerado Urbano de Jundiaí (AUJ), portanto, a EMTU/SP também se prepara para assumir a gestão do transporte intermunicipal entre os municípios integrantes do AUJ.

As três áreas somam 67 municípios e envolvem uma população aproximada de 23 milhões de habitantes que, quando da inclusão do AUJ, chegarão a 74 municípios com uma população de aproximadamente 24 milhões de habitantes.



Fonte: EMTU/SP, 2011.
Figura 3 – Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

Os serviços de transporte coletivo intermunicipal de transporte regular de passageiros, por ônibus e demais veículos de baixa e média capacidade, em todo o sistema intermunicipal de transporte regular de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), foram divididos geograficamente em 05 Macro-Regiões, sendo que 04 dessas áreas (Concorrências nº 001, 002, 003, 004 e 005/2005) estão concedidas.

A área que ainda não está licitada, denominada “Área 5”, se encontra atualmente em regime de permissão precária, e é composta por oito municípios que ocupam 1.523 km², com população de 13.416.394 milhões de habitantes, (Censo IBGE – 2000). Desse total, 81,14 % em São Paulo, 5,82 % em São Bernardo do Campo, 4,98 % em Santo André, 3 % em Mauá, 2,88 % em Diadema, 1,08 % em São Caetano do Sul, 0,80 % em Ribeirão Pires e 0,29 % em Rio Grande da Serra. O sistema metropolitano sobre pneus na região transporta 8,5 milhões de passageiros por mês e o sistema metropolitano sobre trilhos na Linha 10 da CPTM transporta cerca de 10 milhões.

É importante citar que o projeto de licitação dessa área está sendo conduzida de forma a manter a prestação de serviços por meio de Permissão. Desta forma o Estado poderá, conforme os estudos a serem apresentados pelo proponente em atendimento ao presente chamamento público, avaliar a possibilidade de efetivar uma concessão conjunta do modo estruturador – trilho - e alimentador - pneus.



2,45 milhões de habitantes Municípios
Média de Passageiros de 8,5 milhões /Mês
18 Permissionárias
Idade Média da Frota: 10,21 anos

Fonte: EMTU/SP, 2011.

Figura 4 – Características Atuais da Área 5 da RMSP.

Tabela 3 – Características Operacionais da Área 5 da RMSP

	Situação Atual
Linhas	120
Frota	857
Viagem Total Ano	3.528.492
km Total Ano	72.060.935,02
Percurso Médio Anual	84.085

Fonte: EMTU/SP, 2011.

É importante salientar que dentro da Área 5 existe, desde 1988, o Corredor ABD, com 33 km segregados, atendendo 5 municípios (São Paulo, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema), operado desde 1997 pela concessionária Metra, Esse sistema transporta atualmente mais de 7 milhões de passageiros/mês, em 13 linhas e com uma frota de 269 veículos, sendo que dentre esses se destacam os trólebus (31% da frota). Há no corredor 9 terminais de integração, dos quais 2 se integram fisicamente com os sistemas sobre trilhos (Jabaquara com o Metrô e Santo André com a CPTM). O Corredor Diadema – São Paulo (Morumbi/Berrini) é um ramal do Corredor ABD, portanto está sob a concessão da Metra também, porém tem sua utilização compartilhada com o transporte coletivo por ônibus da Prefeitura de São Paulo, em seus 12 km de extensão. Futuramente esse corredor será integrado com a extensão da Linha 5-Lilás, do Metrô, na Estação Brooklin – Campo Belo (Estação de Transferência Santo Amaro do corredor), além do que se tem previsão de sua eletrificação para 2014. Encontra-se em fase final a eletrificação do trecho entre os Terminais Piraporinha, em Diadema, Jabaquara, em São Paulo, com 11 km. Também já está em andamento a repotencialização do trecho entre os Terminais Piraporinha e São Mateus, em São Paulo, com 22 km. Essas obras permitirão a utilização de trólebus em todo o sistema segregado. Os dados operacionais da Área 5 da RMSP e da Concessionária do Corredor ABD estão disponíveis no Anexo II deste Chamamento.

5. ESCOPO DOS ESTUDOS A SEREM APRESENTADOS

a. Projeto de Engenharia
Levantamento dos estudos e projetos existentes
Identificação das intervenções previstas
Estimativa dos investimentos
Cronograma físico-financeiro
Plano de implantação e dimensionamento dos empreendimentos previstos
Caracterização dos empreendimentos previstos
Indicação dos investimentos exigidos
Análise do uso e ocupação do solo, considerando melhoria/recuperação de áreas possivelmente degradadas ao longo do trajeto.
Descrição técnica das soluções de engenharia e tecnologia adotadas na proposta apresentada, tanto para as obras civis, como para os sistemas operacionais e material rodante.

b. Levantamento de dados de movimentação de passageiros incluindo o transporte metropolitano da região
Estatísticas de movimentação
Estudo de demanda
Taxa de renovação
Fator de expansão na hora-pico
Demanda total na hora-pico
Número de viagens por sentido na hora-pico
Gratuidades
Integrações
Análise estatística dos dados levantados
Formulação de cenários
Estimativa final de demanda de passageiros para horizonte de cada intervenção
Atratividade do modo por classe econômica
Proposta de racionalização das linhas metropolitanas da área 5 em caso de concessão conjunta.

c. Análise e projeção de receita – Trilhos e Pneus
Definição de grade tarifária
Estimativa de receitas
Fontes de receitas acessórias
Cenários para projeções de receitas

d. Estimativas de custos e despesas – Trilhos e Pneus
Custos operacionais
Custos administrativos
Custos de manutenção
Outras despesas

e. Análise de viabilidade econômica- financeira com as alternativas dos modos de transportes trilhos e pneus juntos e separados
Projeções do fluxo de caixa do projeto
Projeções do fluxo de caixa alavancado
Produção de indicadores: TIR, VLP, exposição máxima, payback
Análise de sensibilidade
Avaliação das garantias necessárias à viabilidade do negócio
Definição de índices macro e microeconômicos
Proposta de critérios de avaliação de desempenho e seus impactos.

f. Análise dos aspectos legais
Alternativas de modelagem jurídica
Ferramentas legais e normativas
Aspectos tributários
Matriz de riscos
Aspectos ambientais
Desapropriações
Estrutura de garantias
Diretrizes para elaboração de Convênios entre os entes municipais e o Estado
Termo de referência do edital
Minuta do contrato
Parecer de viabilidade jurídica

g. Modelagem de contratação considerando a possibilidade da concessão conjunta dos modos trilhos e pneus
Análise das alternativas de contratação
Hipóteses de participação do governo
Configuração do modelo aplicável
Definição do modelo de contratação e dos critérios de licitação
Ressalta-se, também, que o escopo dos projetos, estudos, levantamentos e modelagem, a serem apresentados, na forma deste Chamamento, deverá obrigatoriamente obedecer ao dis-

posto no art. 1º parágrafos 1 e 2 do Decreto Estadual Nº 57.289 de 30/08/2011.

Os projetos, estudos, levantamentos e modelagem deverão ser disponibilizados em papel e em versão digital (CD), sendo disponibilizadas planilhas auditáveis, quando for o caso.

6. RECURSOS PÚBLICOS

Para a implantação do empreendimento Linha 18 – Bronze, há previsão de obtenção de recursos junto ao Governo Federal, constante da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Mobilidade Grandes Cidades, que contará com recursos do Orçamento Geral da União – OGU e financiamento da Caixa Econômica Federal – CEF, sendo tomador do financiamento o Governo do Estado.

7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DOS ELEMENTOS DOS ESTUDOS E PROJETOS

A avaliação dos estudos e projetos apresentados considerará os critérios relativos à consistência das informações que subsidiaram sua realização e a compatibilidade com técnicas previstas em normas e procedimentos científicos pertinentes, bem como sua adequação à legislação aplicável e aos benefícios de interesse público esperado.

O aproveitamento dos estudos poderá ser total ou parcial, o que terá reflexo no ressarcimento que poderá ser integral, no caso de aproveitamento total de um único conjunto em sua totalidade, ou proporcional no caso de aproveitamento de partes de um ou mais estudos.

Da decisão deste julgamento não caberá recurso, com fundamento no parágrafo 17 do art. 2 do Decreto Estadual n 48.867, de 10/08/2004.

8. CRITÉRIOS DE RESSARCIMENTO DOS CUSTOS

8.1 Os dispêndios com os estudos técnicos aproveitados, serão objeto de ressarcimento aos respectivos autores pelo vencedor da licitação, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), nas condições previamente definidas no Edital.

8.2 Em caso de aproveitamento parcial, o ressarcimento aos autores obedecerá a seguinte divisão proporcional relativos ao item 5 deste chamamento: máximo de 35% para o conjunto formado pelos itens a e b do citado item, 35% para os itens c, d e e, e 30% para o conjunto dos itens f e g.

8.2 O não aproveitamento dos estudos, bem como a eventual modificação posterior do projeto que implique a inutilização, ainda que parcial, de estudos declarados aproveitados através deste procedimento, não gerará para o Poder Público ou para o Parceiro Privado concessionário, a obrigação de ressarcir os custos incorridos.

8.2.1 O aproveitamento dos estudos não obriga ao Poder Público contratar o objeto do projeto de PPP.

9. CONDIÇÕES GERAIS E PRAZOS

9.1 Os interessados que pretendam apresentar os projetos e estudos deverão fazê-lo na forma do Decreto Nº 57.289 de 30/08/2011, de acordo com formulário que integra o anexo A do presente, e observando os seguintes prazos:

9.1.1 Prazo máximo de 10 (dez) dias contados da publicação deste chamamento para apresentação da Manifestação de Interesse, requerendo a autorização para realização dos estudos, período este em que será franqueado os estudos já desenvolvidos pela Companhia do Metrô para essa Linha, bem como dados sobre o transporte metropolitano na região.

9.1.2 Prazo máximo de 130 (cento e trinta dias) contados a partir da publicação deste Chamamento, para a conclusão e apresentação dos estudos desenvolvidos, cuja documentação deverá ser entregue em 02 (duas) vias físicas e 02 (duas) vias eletrônicas.

9.2 Caberá ao Secretário Executivo do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) coordenar os trabalhos de consolidação da modelagem final. Os trabalhos contarão com a participação e apoio de representantes da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM), da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP), para posterior encaminhamento ao CGPPP para a devida apreciação dessa modelagem e do grau de aproveitamento dos estudos apresentados, no prazo de 60 dias, renováveis por igual período, a critério do referido Conselho.

9.3 A coordenação do Processo de recebimento de Estudos Técnicos de agentes privados interessados será exercida pela STM, em conjunto com o Secretário Executivo do CGPPP.

9.3.1 As comunicações e entregas de documentos deverão ser endereçadas ao Secretário Executivo do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, no Palácio dos Bandeirantes, Av. Morumbi nº 4500, 1º andar - sala 142, Morumbi, CEP: 05698-900 – São Paulo/SP, com cópia para a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, direcionada ao Gabinete do Secretário, à Rua Boa Vista, 175 – 10º andar – Bloco B – CEP: 01014-001 – São Paulo/SP. A retirada dos Anexos I e II deverá ser feita na Rua Boa Vista, 175, 8º, com o Sr. Paulo Menezes Figueiredo, mediante carta de apresentação endereçada à Secretária dos Transportes Metropolitanos.

ANEXO I - MODELO DE FORMULÁRIO PARA QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO
(em papel timbrado da empresa qualificada.)
(Local e data *)
À (entidade promotora do Chamamento Público)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº - (..... descrição do objetivo).
Prezados Senhores,
[Denominação social da INTERESSADA], [CNPJ/CPF], [ramo de atividade], [identificação do preposto (cargo e profissão)], [endereço físico completo e eletrônico], [números de telefone e fax], [ramo de atividade, com identificação de seu preposto (cargo e profissão)], DECLARA: